

# região

**SOURE** Os Bombeiros Voluntários de Soure assinalaram ontem os 131 anos da corporação. Teve lugar a bênção de um veículo de combate a incêndios com 30 mil litros de capacidade de transporte de água (em operação há um ano, sem que tenha sido possível realizar a bênção). Foi oferecido a meias pelas empresas Transportes Central Pombalense e a cisterna pela Omya S.A.



## Lousã



Maria do Céu Antunes cumprimentou os vendedores do Mercado de Outono

# Ministra da Agricultura prometeu mais apoios locais na Feira de Outono

●●● O último fim de semana ficou marcado na Lousã pela realização do Mercado de Outono, onde cerca de quatro dezenas de produtores e vendedores de alimentos endógenos estiveram presentes.

Destacou-se a castanha e o mel, em grande parte certificado como DOP (Denominação de Origem Protegida) Serra da Lousã.

A iniciativa decorreu no Mercado Municipal, com o objetivo de reforçar a imagem de excelência dos produtos presentes e uma alavanca para a realização de negócios. Além disso foi possível comprar fruta e legumes frescos da época, mas também doçaria, queijo, enchidos e licores.

A presença da ministra da Agricultura, Maria do Céu Antunes, conferiu especial dimensão ao evento, alertando para que, durante mais 15 dias, até 6 de dezembro, está em consulta pública online – através do Gabinete de Planeamento do Ministério da Agricultura – o Plano Estratégico da Política Agrícola Comum (PEPAC). Assim que estiver concluído será enviado para aprovação, contemplando um reforço de apoios à pequena e média atividade agrícola. A governante disse que o Governo está empenhado em fazer aumentar de 2,6 milhões para 4,4 milhões

de euros o apoio aos apicultores, entre 2023 e 2027. Uma decisão que resulta dos prejuízos que a vespa velutina e das alterações climáticas têm causado.

Maria do Céu Antunes adiantou que os fundos comunitários deverão contemplar um aumento de 31% para os territórios mais vulneráveis, nomeadamente os que foram afetados pelos fogos florestais.

### Edil local prometeu uma feira maior em 2022

Por seu lado, o presidente da Câmara da Lousã, Luís Antunes, reconheceu que este ano, devido à pandemia, não foi possível realizar um evento de maior dimensão, mas que foi “um encorajamento para que os produtores prossigam o seu trabalho e tenham confiança em tempos melhores”.

Refira-se que a ministra da Agricultura reservou o dia de anteontem para um périplo pela região Centro, onde visitou a Queijaria Prado da Sicó, em Santiago da Guarda, Ansião; seguindo depois para Penela, onde visitou a exploração de Fernando Trindade Brás, Quinta das Gouveias; o HIESE – Habitat de Inovação Empresarial nos Setores Estratégicos; e a Associação dos Vitivinicultores da Região de Sicó, bem como uma exploração de caprinicultura – projeto piloto financiado pelo Fundo Florestal Permanente de Vila Nova Poiares.

| **António Rosado**

## Territórios rurais queixam-se de serem discriminados



Ana Souto, presidente da Dueceira e Federação Minha Terra

●●● Há fundos da Europa destinados a políticas de “desenvolvimento local de base comunitária” a que os Grupos de Desenvolvimento Local (GDL) deviam ter acesso, mas que lhe foram cortados pelo Governo.

A denúncia é da Federação Minha Terra, presidida desde este mês (em regime de rotatividade) pela Dueceira, com sede na Lousã. Trata-se do programa Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC) designado Multifundo 2030.

A Dueceira refere, em comunicado, que “contrariando as disposições/orientações da União Europeia, o Acordo de Parceria apresentado esta semana pelo ministro do Planeamento excluiu linearmente o DLBC – Desenvolvimento Local de Base Comunitária de natureza multifundo e, por conseguinte, os Grupos de Ação Local (GAL) gestores destas medidas territoriais”.

### Coesão territorial em causa

Os GAL consideram, no seu conjunto, ser “uma lacuna que penaliza gravemente os territórios, privando-os de dotações financeiras territorializadas que consolidem as Estratégias de Desenvolvimento Local”, o que acaba por prejudicar a “equidade e coesão entre todas as regiões do país”.

Para a Federação Minha Terra, o acordo de parceria “Portugal territorialmente mais coeso e mais

próximo dos cidadãos” não tem “expressão financeira e não integra os sistemas de apoio ao investimento de base local ou à promoção do emprego, nem o reforço da governança local”.

“Consideramos assim que estamos em presença de um retrocesso no princípio do envolvimento dos cidadãos e das comunidades nos processos de participação e decisão sobre as políticas e apoios públicos que os afectam, iniciado no quadro de programação Portugal 2020 e que colocou o país como um bom exemplo europeu, quando decidi mobilizar o DLBC multifundo no âmbito das Políticas de Coesão”, refere Ana Souto, presidente da Federação Minha Terra.

### Menos dinheiro para a agricultura

Paralelamente, na sexta-feira, 19 de novembro, foi também apresentado o PEPAC – Plano Estratégico da PAC pelo Ministério da Agricultura, que define os apoios à agricultura e desenvolvimento rural entre 2023 e 2029 e que integra o DLBC/Abordagem Leader.

Não obstante propor uma dotação ligeiramente acima do mínimo imposto pelo regulamento comunitário, segundo a Federação Minha Terra, “as verbas para o LEADER não compensarão a redução de financiamento por via da retirada dos apoios via FEDER e FSE do DLBC enunciada no Acordo de Parceria”.

Os designados “territórios vulneráveis” vão beneficiar de discriminação positiva no Plano Estratégico da Política Agrícola Comum em vigor a partir de 2023